

FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA
UPA NOVA DESCOBERTA SOLANO TRINDADE
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA (UPA NOVA DESCOBERTA SOLANO TRINDADE)** é uma sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, de caráter beneficente, de assistência social à criança, o adolescente, ao adulto e ao idoso, com atividade preponderante na área da Saúde. Fundada em 09/06/1929, é declarada utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 63.446 de 18/10/68, utilidade Pública Estadual pelo Decreto nº 787 de 07/01/1963 e Municipal pela Lei nº 15.309 de 05/12/1990.

Segundo o estatuto social da Fundação Manoel da Silva Almeida (UPA Nova Descoberta Solano Trindade) o conselho curador, conselho diretor e conselho fiscal não serão remunerados. O resultado anual, se superavitário, é aplicado na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais, não poderá, em qualquer hipótese, ser distribuído nem destinado para qualquer fim estranho ou diferente daquele que objetiva.

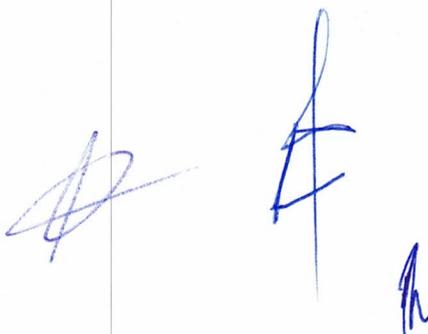
Em 03/01/2011 a Fundação Manoel da Silva Almeida e SES firmaram contrato de gestão nº 005/2011, tendo por objeto a gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde da UPA Nova Descoberta Solano Trindade com vigência de 03/01/2011 à 03/01/2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2019, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.



21. CUSTOS HOSPITALARES

	2019	2018
Despesa com Pessoal Serviço Próprio	11.913.875	11.784.912
Serviços Médicos Pessoa Jurídica	0	296.773
Serviços Médicos Pessoa Física	160.809	69.468
Materiais Medicamentos e Similares	1.631.749	1.754.086
TOTAL	13.706.434	13.905.239

Os Custos Hospitalares estão relacionados a valores referentes aos setores operacionais da Instituição e foram segregados e classificados de acordo esta estrutura.

22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Serviços Diversos Pessoa Jurídica	2.488.175	1.924.424
Serviços Diversos Pessoa Física	215.675	180.642
Aluguéis	383.917	148.416
Energia	187.850	178.781
Água	726	701
Telefone	14.077	6.747
Outras Despesas	18.671	18.872
TOTAL	3.309.091	2.458.583

As Despesas Administrativas estão relacionadas a valores referentes aos setores não operacionais da Instituição e foram segregadas e classificados de acordo esta estrutura.

23. CUMPRIMENTO DE METAS

Conforme determinação do artigo 20 do Decreto nº 8.242/14 e artigo 9º, item 1, "c", da Portaria do MS 1.970/11, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de atendimentos estabelecidas no contrato de gestão, e estas foram atestadas pela Secretária Estadual de Saúde, onde mensalmente são elaborados relatórios para prestação de contas, no quadro abaixo demonstraremos os dados dos atendimentos:

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	contratado	realizado	contratado	realizado	contratado	realizado
INTERNAÇÕES						
Saída Hospitalar	0	0	0	0	0	0
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA						
Consultas de Urgência	74.250	86.226	74.250	76.471	148.500	162.697
ATENDIMENTO AMBULATORIAL						
Consultas	0	0	0	0	0	0

Recife, 31 de dezembro de 2019.

Arnaldo José Almeida Gonçalves de Oliveira
Presidente

Fabiola Alencar Furtado
Tesoureira

Philip Barbosa de Lima
Philip Barbosa de Lima
Contador CRC-PE 030.332/O

2.2. Base de preparação

Moeda Funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o decimal mais próximo.

Uso de Estimativas

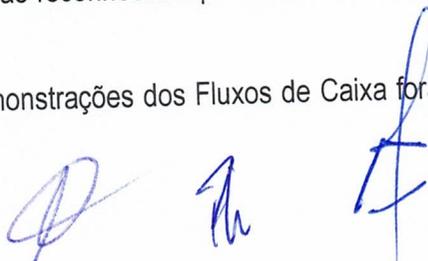
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas com a Lei nº 12.101 de 27/11/2009 e a Resolução do CFC nº 1409/2012, que aprovou a ITG 2002, referente às Entidades sem finalidade de lucros. A seguir são descritos sumário destas práticas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudanças de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".
- b) Estoques - Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se a material médico, medicamentos, material de laboratório, material odontológico, filmes, gênero alimentício, produtos de limpeza, produtos de lavanderia, material de manutenção, impressos e material de escritório.
- c) Créditos a Receber - Os Créditos a receber são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida.
- d) Fornecedores - São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.
- e) Receitas e Despesas - O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas do contrato e transferências estão sendo apresentadas pelo seu valor efetivamente arrecadado. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.
- f) Demonstração dos Fluxos de Caixa - As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas e



estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- g) Demais Ativos - estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.
- h) Demais Passivos - Os demais passivos estão apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.
- i) Superávit ou Déficit apurado pelo regime de competência do exercício;
- j) Instrumentos Financeiros - A Fundação participa em operações com diversos instrumentos financeiros, destacando-se dentre os mesmos, o banco e aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como valores a pagar e outras dívidas, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa e manter seu endividamento em níveis compatíveis.
- k) Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há doze meses.
- l) Tributação – A Fundação é imune de Impostos e de Contribuições para a Seguridade Social por força do artigo 150, inciso VI, alínea “c” e do § 7º do art. 195, da Constituição Federal, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária.
- m) Contratos de Gestão: São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar e executar ações e serviços de saúde. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os contratos firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2019	2018
Fundo Fixo	2.000	2.000
Banco Conta Movimento com Restrição	33.565	359
Aplicações Financeiras com Restrição	1.230.082	798.963
TOTAIS	1.265.647	801.322

As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência.

São referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força do contrato de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante.

5. CRÉDITOS A RECEBER E ADIANTAMENTOS

	2019	2018
Créditos a Receber (a)	1.343.856	1.583.635
Convênios SES a Receber (b)	19.466.851	20.078.212
Adiantamentos (c)	117.759	137.233
TOTAIS	20.928.466	21.799.080

LONGO PRAZO	2019	2018
Convênios SES a Receber LP (b)	0	16.489.104
TOTAIS	0	16.489.104

Representam valores a receber ou a descontar de pagamentos futuros, tais como adiantamentos realizados a funcionários, fornecedores, e créditos a receber do contrato de gestão.

(a) Créditos a Receber

Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC Nº 1.409/12 (ITG 2002-R1), para registrar valores que poderão vir a serem restituídos ou compensados pelos órgãos contratantes até o final do contrato, a título de reequilíbrio econômico da instituição.

Nessa conta há um montante a receber no valor de R\$1.342.760,05 como desequilíbrio financeiro.

(b) Convênios SES

A Contabilização dos recursos públicos oriundos de Convênios e Contratos de Gestão segue, rigorosamente, as Leis 11.638/07, Lei 11.941/09 e, fundamentalmente, a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (Interpretação Técnica Geral).

De tal forma é oportuno dizer que os recursos públicos oriundos destes Convênios e Contratos de Gestão, são de uso exclusivo para executar despesas do contrato e assim, não prevêem superávit ou déficit como resultado. Conforme item 11 da ITG 2002 aplicado para esse tipo de recurso, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento registrados no ativo, deve ser em conta específica do passivo.

A fim de tornar mais transparentes e completas as informações sobre os contratos de gestão de convênios, os valores totais a receber pactuados com os gestores, bem como os valores a realizar de longo prazo, passaram a ser contabilizados nas rubricas: Convênios SES a receber - (Ativo Circulante e não Circulante) e Convênios SES a realizar (Passivo Circulante e não circulante).

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2019	2018
ISS a Recuperar	1.865	3.191
IRRF a Recuperar	14.659	14.659
INSS a Recuperar	2.604	2.604
PIS/COFINS/CSLL a Recuperar	46	0
TOTAIS	19.174	20.454

7. ESTOQUES

	2019	2018
Drogas e Medicamentos	69.029	53.746
Materiais de uso do paciente	64.493	75.190
Gêneros Alimentícios	1.649	3.284
Produtos de Lavanderia	434	2.322
Produtos de Limpeza	574	372
Materiais de manutenção	211	822
Impressos e materiais didáticos	12.175	9.611
Empréstimos Materiais Hospitalares	33.649	29.968
Combustíveis	0	0
TOTAIS	182.213	175.315

Os bens existentes nos estoques são avaliados pelo preço médio.

8. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	2019	2018
Outras Contas A Receber - HIML	0	247.841
TOTAIS	0	247.841

Outras Contas a Receber refere-se a valores/créditos a receber entre Matriz x Filial e Filial x Filial.

9. BENS DE TERCEIROS

CONTAS	TX%	2019			2018
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Equipamentos de proc. de dados	20%	65.579	4.372	61.207	0
Móveis e Utensílios	10%	157.711	5.257	152.454	0
Máquinas e Equipamentos	10%	192.679	6.423	186.256	0
TOTAIS		415.969	16.052	399.918	0

O imobilizado de uso das unidades gerenciadas pela Fundação através de Contratos de Gestão é composto por bens de terceiros, adquiridos com recursos destes contratos e convênios que no término da vigência contratual são devolvidos para o órgão parte da parceria. No exercício de 2019, após realização de inventário do ativo imobilizado realizado pela SEAF – Secretaria Executiva de Administração e Finanças, foram reconhecidos os valores do Ativo Imobilizado da Unidade UPA Nova Descoberta.

10. FORNECEDORES

	2019	2018
Fornecedores de materiais e medicamentos	124.745	128.578
Fornecedores de serviços médicos – PJ	25.960	25.562
Fornecedores de serviços diversos	138.381	102.906
TOTAIS	289.085	257.046

Representa as obrigações com fornecedores pela contratação de serviços médicos, e aquisição de materiais médicos, hospitalares e medicamentos.

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2019	2018
Ordenados a Pagar	618.532	649.830
Pensão Alimentícia a Pagar	1.329	1.410
13º Salário a Pagar	1.507	1.507
TOTAIS	621.368	652.747

De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço.

12. PROVISÕES

	2019	2018
Provisões de Férias	874.736	874.098
Provisões p/ Encargos Sociais s/ Férias	69.829	69.734
Provisões p/ Encargos Sociais s/ 13º Salário	39.889	39.380
TOTAIS	984.453	983.211

Referem-se às Provisões Férias e Encargos Sociais sobre Férias e 13º Salário de valores com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme pagamentos até a data do balanço.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2019	2018
FGTS a Recolher	65.361	67.120
FGTS a Recolher (Parcelamento)	365.718	365.718
INSS a Recolher	85.742	78.310
Contrib. Sind. Assist. a Pagar	353	251
TOTAIS	517.174	511.399



14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2019	2018
ISS na Fonte a Recolher	34.342	39.379
IRRF a Recolher	200.571	239.387
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	6.915	6.555
TOTAIS	241.829	285.322

O saldo do IRRF a recolher apresentado em 31.12.2019 se refere ao imposto retido sobre os salários de funcionários e sobre serviços prestados de terceiros.

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2019	2018
Água a Pagar	63	117
Energia Elétrica a Pagar	17.399	15.364
Telefone a Pagar	560	519
Empréstimo Material Hospitalar	29.250	29.461
Trat. Odontológico – Funcionários	2.229	3.964
Aluguéis a Pagar	1.854	3.279
Empréstimo Consignado Santander	30.759	16.106
Cheque a Pagar	946	946
Adiantº Secretaria de Saúde - UPA Nova Descoberta	140.000	0
TOTAIS	223.060	69.757

LONGO PRAZO	2019	2018
Outras Contas a Pagar – HIML	19.852	26.939
PIS a Recolher	0	127.970
Provisões p/ Encargos Sociais s/ Férias	0	8.740
Provisões p/ Encargos Sociais s/ 13º Salário	0	14.175

Outras Contas a Pagar refere-se a valores/débitos a pagar entre Matriz x Filial e Filial x Filial.

Em agosto de 2017 nos foi concedido a tutela de evidência referente ao que dispõe o art. 311, II do CPC, onde determina que a Receita Federal do Brasil suspenda a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151, V, do CTN, no que concerne a contribuição do PIS sobre folha de salários, até o julgamento final da presente demanda.

16. CONVÊNIOS A REALIZAR (VER NOTA 5)

	2019	2018
Convênio SES a Realizar	19.046.851	20.078.212
TOTAIS	19.046.851	20.078.212

LONGO PRAZO	2019	2018
Convênio SES a Realizar LP		16.489.104
TOTAIS	0	16.489.104

17. ASPECTOS FISCAIS

A Fundação dispõe de certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de saúde concedida às pessoas jurídicas, de direito privado, sem fins lucrativos através da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009. Tal certificação concede a entidade a isenção do pagamento de contribuições para seguridade social tratadas nos artigos 22 e 23 da lei nº 8.212 de 24 de junho de 1991, no que se refere à parte patronal. No exercício de 2019 a Entidade foi beneficiada com isenção do pagamento da contribuição do INSS Patronal no montante de R\$2.794.769,56.

A Fundação possui também isenção tributária do imposto de renda e contribuição social, conforme disposto no art. 12 da Lei nº 9.532/97.

18. CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

O pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – estabelece que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriada a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor. Portanto, seguindo as diretrizes desse pronunciamento, a Fundação, através de seu corpo jurídico, estabelece estimativas em relação aos desfechos dos processos civis e trabalhistas, classificando-os como prováveis, possíveis e remotos. As estimativas prováveis devem ser reconhecidas como passivos. As possíveis não são registradas, mas devem ser evidenciadas em notas explicativas. Portanto, o montante total de estimativas consideradas **POSSÍVEIS** em relação aos processos civis foi de R\$ 280.000,00, em relação aos processos trabalhistas as **POSSÍVEIS** montam de R\$ 772.000,00.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude da aplicação do que estabelecem as Resoluções CFC 1409/12 (item 11) e 1305/10 (itens 12 e 15) que enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, à contrapartida da Assistência Governamental, de Contribuição para custeio e Investimento deve ser em conta específica do passivo, de forma que o resultado será sempre zero.

Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, não houve movimentação na DMPL – Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido, nos períodos de 2018 e 2019, respectivamente.

20. RECEITA

A Entidade firmou durante o exercício de 2011 um contrato de parceria com o UPA NOVA DESCOBERTA SOLANO TRINDADE, para a gestão, operacionaliza o e execu o das a o es e serviços de saúde, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, vigentes ainda em 2019. Os recebimentos e os gastos realizados com os recursos provenientes destes contratos não geram benefícios econ micos para a Funda o, tais valores apenas transitam pelo resultado em regime de compensa o, sem gerar nenhum efeito superavitário ou deficitário, conforme Resolu o CFC não 1.305/10, que trata do reconhecimento de Receita.

